



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO PIAUÍ - SEAD-PI

Assunto: Procedimento público de Intenção de Registro de Preços para subsidiar estudo de demandas para análise de viabilidade da contratação de serviços especializados de limpeza de reservatórios, esgotamento sanitário, higienização de ambientes internos e mobiliários, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos necessários à execução, para atender as demandas desta Secretaria de Administração e aos demais órgãos vinculados à Administração Pública Estadual.

Senhores,

Trata-se de divulgação de procedimento público de **Intenção de Registro de Preços (IRP)** promovido pela Secretaria de Estado da Administração do Piauí (SEAD-PI), com o objetivo de realizar o levantamento e o estudo de demanda necessários ao planejamento do processo de Contratação de empresa para a prestação dos **serviços de limpeza de reservatórios, esgotamento sanitário, higienização de ambientes internos e mobiliários**, para atender as necessidades da SEAD e demais órgãos e entidades que compõem Administração Pública Estadual.

Considerando que a Secretaria de Estado da Administração do Piauí - SEAD é **órgão central da administração** do Governo do Estado do Piauí e possui competência para realizar procedimento público de **Intenção de Registro de Preços - IRP**, estabelecendo, quando for o caso, o número máximo de participantes, em conformidade com sua **capacidade de gerenciamento**, conforme previsto nos arts. 5º, 6º e 12, do **Decreto Estadual nº 21.938, de 28 de Março de 2023**, que regulamenta sobre o procedimento auxiliar de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo Estadual e art. 17, **Lei nº 7.884, de 08 de dezembro de 2022**, que estabelece a Organização Administrativa do Estado do Piauí (Lei nº 7.884/2022), o **Decreto Estadual nº 21.872, de 07 de Março de 2023**, que regulamenta a **Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021** no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Considerando a competência atribuída à **Diretoria de Planejamento de Compras Públicas**, conforme estabelecido no art. 67 do **Decreto nº 22.546, de 16 de novembro de 2023**, que aprova a Estrutura Regimental, o Organograma, as Atribuições e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Estado da Administração do Piauí (SEAD/PI), conforme disposto na Lei Estadual nº 7.884, de 8 de dezembro de 2022, cabe a essa Diretoria:

I - Planejar, coordenar e controlar a execução das contratações públicas, atuando na fase preparatória dos procedimentos licitatórios, bem como desempenhando a função de agente de controle para garantir o cumprimento da legislação pertinente;

II - Estudar as soluções disponíveis no mercado e justificar a escolha da alternativa mais vantajosa, com a devida justificativa para a decisão tomada;

III - Cumprir as etapas do planejamento da contratação; e

IV - Realizar outras atividades correlatas à sua área de atuação, conforme atribuídas pela autoridade superior competente.

Assim, a presente **IRP nº 11/2026**, visa realizar o estudo para levantamento do quantitativo, a fim de determinar a **estimativa total das quantidades da demanda** de forma clara e precisa para atendimento de toda a necessidade administrativa, composto por **11 (onze) itens** de serviços: **serviços de limpeza de reservatórios, esgotamento sanitário, higienização de ambientes internos e mobiliários**.

A estimativa das quantidades a serem contratadas deverá considerar o **consumo dos últimos 12 (doze) meses** e a **previsão para os próximos 12 (doze) meses**, com justificativa administrativa e documentos que comprovem a **série histórica** e a **real necessidade dos quantitativos indicados**, incluindo, se possível, a previsão no **Plano Anual de Contratações**. O órgão consultado deverá informar os itens e respectivos quantitativos necessários, com **memórias de cálculo, documentos de suporte e aprova do gestor**, levando em conta possíveis interdependências com outras contratações para otimizar recursos e alcançar **ganhos de escala**.

Cumprе ressaltar que a **Intenção de Registro de Preços (IRP)** é a ferramenta que permite que Administração Pública compartilhe as suas intenções de realizar licitações para **Registro de Preço - SRP**, possibilitando a participação de outros órgãos ou entidades que tenham interesse em adquirir o mesmo objeto. Entre os principais benefícios das participações nas IRPs, estão as **economias de escala e processual**, além de favorecer a redistribuição de agentes públicos para tarefas finalísticas.

Por fim, solicitamos que esta **Intenção de Registro de Preços - IRP** seja respondida pelos órgãos e entidades da administração pública estadual impreterivelmente **ATÉ O DIA 04/05/2026**, seguindo os critérios elencados ao longo da IRP e anexo.

Informamos ainda que demandas enviadas após esse prazo para a Secretaria de Estado da Administração (SEAD) **NÃO** serão computadas no presente procedimento de Registro de Preços, conforme o disposto no **Inciso II do Art. 6º do Decreto Estadual nº 21.938, de 28 de Março de 2023**.

Certo de sua habitual colaboração, desde já agradecemos.

ANEXO ÚNICO

Link Site SEAD: ([DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA Nº 11/2026/SEAD](#))

Link Compras GOV - UASG nº 927161: ([clique aqui](#))

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para fins desta Intenção de Registro de Preços, consideram-se:

I - **sistema de registro de preços - SRP**: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

II - **ata de registro de preços**: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos ou entidades participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

III - **órgão ou entidade gerenciadora**: órgão ou entidade da Administração responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

IV - **órgão ou entidade participante**: órgão ou entidade da Administração que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ata de registro de preços;

1.2. Abrangência da Participação:

1.2.1. Esta IRP é restrita exclusivamente aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Piauí, em observância à estrutura prevista na [Lei nº 7.884/2022](#) e à competência de gerenciamento centralizado estabelecida nos arts. 5º e 6º do Decreto Estadual nº 21.938/2023.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA SOLUÇÃO

Órgão Gerenciador:	Secretaria de Estado da Administração do Piauí - SEAD-PI
Unidade Requisitante:	Diretoria de Planejamento de Compras Públicas/ Superintendência de Licitações e Contratos - SEAD-PI
Nome do Projeto:	Intenção de Registro de Preços com vistas a subsidiar estudo de demandas para análise de viabilidade da contratação de empresa para a prestação dos serviços de limpeza de reservatórios, esgotamento sanitário, higienização de ambientes internos e mobiliários , para atender as demandas desta Secretaria de Administração e aos demais órgãos vinculados à Administração Pública Estadual.
E-mail:	diretoriaplanejamentosead@gmail.com
Telefone:	(86) 99448-3513

3. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO PARTICIPANTE DA SOLUÇÃO

Órgão Participante:	
---------------------	--

Responsável pela Demanda:	
E-mail:	
Telefone:	

Nota Explicativa: A tabela acima deve ser preenchida com os dados do(s) servidor(es) responsável(is) pela demanda designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, conforme divisão de atribuições de cada órgão, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem.

O art. 9º do Decreto Estadual nº 21.938, de 28 de março de 2023 prevê que o órgão ou entidade participante será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, competindo-lhe: I - comunicar à Secretaria de Administração sua intenção de participar do registro de preços, em consonância com: a) as especificações do item; b) estimativas das quantidades, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; c) o local de entrega ou execução do serviço; II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente; III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto, acompanhada das informações referidas nas alíneas do inciso I e da respectiva pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais; IV - manifestar, junto ao órgão ou entidade gerenciadora, mediante a utilização da intenção de registro de preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório ou da contratação direta; V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos V e VII do caput do art. 6º.

3.1. Termo de Responsabilidade:

3.1.1. **Declaração de conformidade:** O servidor responsável pela emissão e encaminhamento do DFD, declara que os dados e informações nele contidos, incluindo justificativas, memória de cálculo e documentos de suporte, estão em conformidade com os requisitos do Decreto Estadual nº 21.938/2023. A assinatura do documento por servidor que detém fé pública configura um ato que o vincula e o responsabiliza pela veracidade e integridade de seu conteúdo.

4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. O alinhamento estratégico abaixo indica **11 (onze) itens** de serviços do grupos **serviços de limpeza de reservatórios, esgotamento sanitário, higienização de ambientes internos e mobiliários**.

4.2. Os serviços que compõem o presente alinhamento estratégico consistem em:

- Limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água:** compreende a execução de procedimentos técnicos destinados à remoção de resíduos sólidos, lodos, incrustações e quaisquer materiais indevidos presentes no interior dos reservatórios, incluindo escovação das superfícies internas, enxágue, aplicação de agentes desinfetantes adequados e posterior restabelecimento das condições sanitárias, em conformidade com as normas de saúde pública. Rotinas e frequência de limpeza: Semestral;
- Limpeza, higienização e desinfecção de cisternas:** consiste na retirada de sedimentos, detritos e impurezas acumuladas, seguida de lavagem, escovação e aplicação de produtos específicos para desinfecção, garantindo a qualidade da água armazenada e a eliminação de microrganismos potencialmente nocivos. Rotinas e frequência de limpeza: Semestral;
- Limpeza, esgotamento e higienização de fossas sépticas:** envolve a sucção e remoção de dejetos por meio de equipamentos apropriados (caminhão a vácuo), desobstrução, limpeza interna e destinação final dos resíduos em locais devidamente licenciados, observando as normas ambientais e sanitárias vigentes. Rotinas e frequência de limpeza: Semestral;
- Limpeza, esgotamento e higienização de caixas de gordura:** abrange a retirada de resíduos gordurosos acumulados, limpeza das paredes internas, desobstrução de tubulações associadas, quando necessário, e destinação ambientalmente adequada dos resíduos coletados. Rotinas e frequência de limpeza: Semestral;
- Higienização de ambientes internos e mobiliários:** compreende a limpeza técnica de superfícies, mobiliários e elementos internos (tais como cadeiras, carpetes, tapetes, cortinas e persianas), mediante utilização de equipamentos profissionais e produtos específicos com ação antibacteriana, antifúngica e antiácidos, incluindo processos de lavagem, extração, aspiração e secagem controlada;

4.3. Para o preenchimento da tabela, orientamos:

4.3.1. Ter atenção quanto às unidades de medida;

4.3.2. Preencher a quantidade máxima estimada para os próximos 12 meses;

4.3.3. Não deixar de justificar o quantitativo indicado;

4.3.4. Não deixar de inserir os endereços, inclusive de outras cidades do Estado, uma vez que os serviços serão executados em todo o território do Estado e ajustados de acordo com os Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí, conforme divisão prevista na Lei Estadual nº 6.967/2017, a qual estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Piauí.

4.3.5. Indicar o Território de Desenvolvimento correspondente a cidade e endereço indicado, conforme a seguinte classificação:

TD 1 - Planície Litorânea;
TD 2 - Cocalis;
TD 3 - Caraubais;
TD 4 - Entre Rios;
TD 5 - Vale do Sambito;
TD 6 - Vale do Rio Guaribas;
TD 7 - Vale do Rio Canindé;
TD 8 - Serra da Capivara;
TD 9 - Vale dos Rios Piauí e Itaueira;
TD 10 - Tabuleiros do Alto Parnaíba;
TD 11 - Chapada das Mangabeiras;
TD 12 - Chapada Vale do Itaim.

4.3.6. Indicar expressamente a periodicidade de execução dos serviços, considerando a natureza de cada item e as necessidades operacionais da unidade demandante;

4.3.7. Na ausência de indicação de periodicidade pelo órgão participante, será adotado, para fins de estimativa, o padrão semestral (02 aplicações por ano), em alinhamento às práticas de mercado para serviços de limpeza de reservatórios, esgotamento sanitário e higienização, as quais usualmente recomendam execuções periódicas com intervalo mínimo de 06 (seis) meses, de modo a assegurar condições adequadas de higiene, salubridade e segurança;

4.3.8. Caso o órgão ou entidade demandante indique periodicidade diversa da prática de mercado (superior ou inferior), deverá apresentar justificativa técnica fundamentada, acompanhada de elementos comprobatórios, tais como:

- características específicas da edificação ou uso do imóvel;
- intensidade de utilização dos ambientes ou sistemas sanitários;
- exigências normativas específicas;
- histórico de ocorrências (entupimentos, contaminações, etc.);
- relatórios de vistoria ou parecer técnico.

SERVIÇOS DE LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS E RECIPIENTES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	ÓRGÃO/UNIDADE SEDE/UNIDADE FILIAL	ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL	TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO	QUANTIDADE ANUAL MÁXIMA ESTIMADA EM M ³	PERIODICIDADE ESTIMADA
1	Serviço de Limpeza de Caixa d'água.				m ³			
2	Serviço de Limpeza de Cisterna.				m ³			
3	Serviço de Limpeza, esgotamento e Higienização de Fossa Séptica.				m ³			
4	Serviço de Limpeza e Esgotamento e Higienização de Caixa de Gordura				m ³			

SERVIÇO DE LAVAGEM, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE ITENS DE ESCRITÓRIO E AUDITÓRIO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	ÓRGÃO/UNIDADE SEDE/UNIDADE FILIAL	ENDEREÇO COMPLETO DO IMÓVEL	TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (UNIDADE) OU METRAGEM (M ²)	PERIODICIDADE ESTIMADA
5	Serviço de Higienização e Limpeza de Carpetes.				m ²		
6	Serviço de Higienização e Limpeza de Tapetes				m ²		
7	Serviço de Higienização e Limpeza de Persiana (Rolo)				m ²		

8	Serviço de Higienização e Limpeza de Persiana (Fita vertical)				m ²		
9	Serviço de Higienização e Limpeza de Cadeira de Auditório.				Unidade		
10	Serviço de Higienização e Limpeza de Serviço de Higienização e Limpeza de Cadeira de Escritório (Tipo Presidente)				Unidade		
11	Serviço de Higienização e Limpeza de Cadeira de Escritório.				Unidade		

4.4. **Periodicidade da prestação dos serviços:**

[Digite aqui a periodicidade estimada da prestação do serviço/entrega/fornecimento após a formalização da futura contratação.

Ex: se o fornecimento será diário, semanal ou mensal].

4.5. **Local da Prestação dos serviços:**

[Digite o local da prestação do serviço, com descrição detalhada dos endereços].

4.6. **Pedido mínimo para execução/fornecimento:**

O órgão ou entidade participante deverá indicar, quando aplicável, o **pedido mínimo para execução dos serviços ou fornecimento dos bens**, correspondente à menor unidade de contratação viável sob o ponto de vista operacional e econômico.

4.6.1. A definição do pedido mínimo deverá considerar aspectos como:

- logística de entrega ou mobilização de equipe;
- custos fixos envolvidos na execução;
- viabilidade econômica para os fornecedores;
- frequência de utilização do objeto.

4.6.2. A indicação inadequada ou a ausência de pedido mínimo poderá comprometer:

- a formação de preços mais vantajosos;
- a competitividade do certame;
- e a eficiência da futura contratação.

4.6.3. Sempre que indicado, o pedido mínimo deverá estar **coerente com o quantitativo total estimado**, a periodicidade da contratação e os locais de execução informados.

4.6.4. Na hipótese de não haver necessidade de fixação de pedido mínimo, o órgão participante deverá justificar expressamente sua inaplicabilidade.

4.6.5. **Exemplo de indicação de pedido mínimo:**

I - **Exemplo 1 – Limpeza de reservatórios (caixa d'água/cisterna):**

Órgão possui 10 unidades com caixas d'água de pequeno porte (até 5 m³ cada), distribuídas em diferentes endereços.

- **Quantidade anual estimada:** 100 m³
- **Periodicidade:** semestral
- **Pedido mínimo sugerido:** execução mínima de 20 m³ por ordem de serviço ou agrupamento de, no mínimo, 04 (quatro) reservatórios por acionamento.

Justificativa: evitar deslocamentos para execução unitária de baixo volume, otimizando custos de mobilização de equipe e equipamentos.

II - **Exemplo 2 – Esgotamento de fossa séptica:**

Unidade com necessidade recorrente de limpeza, com volume médio de 8 m³ por intervenção.

- **Quantidade anual estimada:** 96 m³
- **Periodicidade:** mensal
- **Pedido mínimo sugerido:** 1 (uma) carga mínima correspondente à capacidade operacional do caminhão (ex: 8 m³).

Justificativa: adequação à capacidade técnica dos equipamentos utilizados (caminhão limpa-fossa), evitando fracionamento ineficiente.

III - **Exemplo 3 – Higienização de ambientes e mobiliários:**

Órgão com demanda pulverizada (cadeiras, carpetes e persianas em diferentes setores).

- **Quantidade anual estimada:** 2.000 m²
- **Periodicidade:** sob demanda
- **Pedido mínimo sugerido:** 200 m² por acionamento ou agrupamento de ambientes por unidade administrativa.

Justificativa: viabilizar economicamente a mobilização da equipe e garantir eficiência na execução dos serviços.

5. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO INDICADO PELA UNIDADE REQUISITANTE:

5.1. [Digite o texto de **justificativa das estimativas das quantidades**, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, em conformidade com o Art. 9º Decreto Estadual nº 21.938/2023].

5.1.1. **Memórias de cálculo das estimativas de quantidades:** É o documento ou conjunto de informações que **justifica e demonstra de forma objetiva** como o órgão estimou a quantidade que pretende adquirir. Deve conter, por exemplo:

- Dados históricos de consumo (ex: atas anteriores, contratos passados);
- Planta baixa do imóvel que demonstre a área construída
- Relatório de Fiscalização e Fotografias: Registros de fiscalização e fotografias que validem a necessidade da contratação bem como o quantitativo solicitado.
- Formalização e aprovação dos atos processuais pela autoridade competente, conforme art.9º, II do Decreto Estadual 21.938/2023.

5.1.2. **Documentos que sustentem as referidas estimativas:** Os documentos de suporte são essenciais para fundamentar a demanda solicitada e assegurar que a contratação seja necessária e justificada, conforme os princípios da transparência, economicidade e eficiência. O órgão demandante pode apresentar, entre outros:

- **Plano de Governo ou Plano de Contratações Anual:** Documentos que indicam as diretrizes e prioridades para contratações no exercício vigente.
- **Lei Orçamentária Anual (LOA):** Indicação de recursos orçamentários previstos para a realização da contratação.
- **Programa de Trabalho do Órgão:** Demonstrativo do planejamento e das atividades que justifiquem a demanda dentro do contexto organizacional.
- **Competências da Lei nº 7.884/2022:** Referências às competências atribuídas aos órgãos ou entidades conforme estabelecido pela legislação pertinente.
- **Regimento Interno do Órgão:** Estabelece os processos internos que podem justificar a necessidade da contratação ou projeto.
- **Fixos Vinculados ao Plano de Gestão do Governador Rafael Fonteles:** Estratégias e ações vinculadas à administração estadual, que devem ser consideradas ao justificar a demanda.
- **Matérias Publicitárias e Publicações em Jornal:** Provas de que a contratação foi divulgada ou justificada publicamente, assegurando a publicidade do processo.
- **Publicações em Redes Sociais:** Demonstrações de ações ou campanhas vinculadas à demanda nas plataformas digitais do órgão.
- **Videos Institucionais:** Documentação audiovisual que esclareça ou justifique a necessidade da contratação.
- **Dados do IBGE e Outras Fontes Estatísticas:** Dados demográficos, sociais e econômicos que embasam a necessidade da demanda (exemplo: pesquisa de mercado, dados geográficos, etc.).
- **Publicações no Diário Oficial do Estado (DOE-PI):** Publicações que comprovam a execução ou a necessidade da contratação, como atos administrativos e licitações anteriores.
- **Calendário de Eventos:** Planejamento de eventos ou atividades que justifiquem a necessidade da demanda solicitada.

- **Contratos Anteriores e Vigentes:** Referências a contratações anteriores que reforçam a continuidade ou a renovação de serviços e materiais.
- **Notas Fiscais:** Documentos fiscais que comprovem compras, serviços ou produtos utilizados anteriormente para justificar a demanda atual.
- **Relatórios de Vistoria e Fotografias:** Registros de vistorias e fotografias que validem a necessidade da contratação, especialmente em situações como obras, serviços de manutenção ou fornecimento de materiais.
- **Formalização e aprovação dos atos processuais pela autoridade competente,** conforme art.9º, II do [Decreto Estadual 21.938/2023](#).

5.1.3. A estimativa de quantitativo do objeto a ser contratado, conforme o Plano Anual de Contratações, se houver, ou no quantitativo contratado em exercícios anteriores, quando for o caso.

6. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE INDICADA PELA UNIDADE REQUISITANTE:

6.1. *[Digite o texto de explicitação da motivação dos resultados a serem alcançados com o Registro de Preços, que deverá conter na justificativa o problema, a solução e o quantitativo para justificar a demanda solicitada. É importante que a justificativa seja desenvolvida com todos os aspectos mencionados, pois uma justificativa pouco elaborada impossibilitará o atendimento da demanda], conforme disposição prevista no Art. 9º do Decreto Estadual nº 21.938/2023.*

6.2. A justificativa há de ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar de forma cabal a necessidade da Administração.

6.3. Adicionalmente, recomenda-se a apresentação de registros fotográficos, relatórios técnicos, atas, documentos oficiais ou quaisquer outros elementos comprobatórios que evidenciem a real necessidade das quantidades estimadas. Tais elementos reforçam a justificativa do quantitativo previsto, conferindo maior transparência e segurança à contratação, em alinhamento com os princípios da economicidade e do planejamento eficiente previstos no Decreto Estadual nº 21.938/2023.

6.4. É imprescindível que o campo aborde o problema identificado a ser resolvido, a real necessidade gerada por ele e o que se almeja alcançar com a contratação.

6.5. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, devendo, portanto, ser avaliado o interesse público também na perspectiva de analisar se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação, bem como se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º, da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Como referência técnica, encaminha-se o link do site da SLC/SEAD onde consta um anexo com documento orientativo ([clique aqui](#)) elaborado por setor técnico da Diretoria de Planejamento de Compras Públicas desta Secretaria de Estado da Administração, que tem por objetivo orientar os órgãos/entidades que desejam participar da presente Intenção de Registro de Preços na apresentação do Documento de Formalização da Demanda. Tal material poderá servir como subsídio para a adequada elaboração das estimativas e justificativas ora solicitadas.

7. NECESSIDADE DE INCLUSÃO DE NOVOS ITENS MEDIANTE MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA:

7.1. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação, em conformidade com o Art. 9º do Decreto Estadual nº 21.938/2023.

7.2. O objeto deve ser descrito de forma detalhada, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, cuidando-se para que não sejam admitidas, previstas ou incluídas condições impertinentes ou irrelevantes para o específico objeto do contrato. Deve-se levar em consideração as normas técnicas eventualmente existentes, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO/ CATMAT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA

7.3. Seguem orientações para indicação de um novo item não contemplado no Alinhamento Estratégico:

7.3.1. Apresentar a definição clara, precisa e suficiente do item.

7.3.2. A identificação da necessidade da contratação é essencial justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando, assim, qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

7.3.3. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação conforme descrito no item 2 deste instrumento.

a) Periodicidade da prestação do serviço:

[Digite aqui a periodicidade estimada da prestação do serviço após a formalização da futura contratação.]

Ex: se o serviço deverá ser prestado de forma diária, semanal ou mensal].

b) Local de entrega/fornecimento:

[Digite o local de onde o serviço deverá ser prestado, com descrição detalhada dos endereços].

7.4. Para a solicitação de inclusão de novo item/grupo que se configure como serviço/produto, o órgão ou entidade proponente deverá, além das informações e justificativas exigidas nos subitens 7.1 a 7.3 deste instrumento, apresentar, obrigatoriamente, o respectivo Estudo Técnico Preliminar (ETP). Este ETP deverá ser elaborado em estrita observância ao modelo padronizado disponibilizado pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD) no link: [Modelos de Documentos para a Fase Preparatória](#).

7.5. O ETP para o novo item de serviço/produto deverá contemplar, no mínimo, a descrição detalhada da necessidade, o problema a ser resolvido, a solução proposta, a estimativa de quantidades, os requisitos de qualidade e desempenho, os impactos e benefícios esperados, as memórias de cálculo e os documentos que lhes dão suporte, bem como a análise de riscos, quando couber. Essa exigência visa subsidiar a avaliação de sua pertinência, viabilidade técnica e econômica pelo órgão gerenciador, em conformidade com o disposto nos artigos 17, inciso II, e 23 do Decreto Estadual nº 21.872, de 07 de março de 2023, e demais regulamentações aplicáveis, assegurando o devido planejamento da contratação.

7.6. O demandante deverá, ainda, indicar formalmente um responsável técnico ou servidor de referência, que atuará como ponto de contato junto à SEAD para prestar suporte na fase de seleção do fornecedor, especialmente no que se refere ao esclarecimento de especificações técnicas, adequação de quantitativos e validação das condições propostas.

8. ANÁLISE DE RISCOS NA FASE DE PLANEJAMENTO DA DEMANDA:

8.1. A fase de levantamento de demandas por meio da Intenção de Registro de Preços (IRP) envolve riscos que devem ser considerados e mitigados. Entre os principais, destacam-se:

- I - risco de **subdimensionamento da demanda**, quando a unidade requisitante informa quantitativos inferiores à necessidade real, o que pode gerar contratações emergenciais ou aditivos posteriores;
- II - risco de **superdimensionamento da demanda**, com estimativas muito superiores à necessidade efetiva, resultando em sobrepreço ou ociosidade contratual;
- III - risco de **inconsistência das informações prestadas**, decorrente de ausência de memória de cálculo, documentos de suporte ou justificativas técnicas adequadas;
- IV - risco de **desalinhamento com o planejamento orçamentário**, ocasionando dificuldades na execução financeira e impacto negativo na gestão fiscal;
- V - risco de **perda de prazos** no envio das informações, comprometendo a consolidação do processo pela SEAD e a eficiência da futura contratação.

8.2. Para mitigação desses riscos, recomenda-se que cada órgão participante adote procedimentos internos de validação, com análise técnica e administrativa prévia, assegurando que as informações prestadas sejam fidedignas, completas e tempestivas, em observância aos princípios da eficiência, da transparência e do planejamento.

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. Nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê o **desenvolvimento nacional sustentável** como princípio da contratação pública, e em consonância com as diretrizes do Governo do Estado do Piauí, a presente Intenção de Registro de Preços deve observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

9.1.1. Entre as diretrizes aplicáveis, destacam-se:

- I - incentivo à aquisição de bens e serviços que promovam **eficiência energética e redução de emissão de poluentes**;
- II - preferência por soluções que contemplem **durabilidade, reutilização, reciclagem ou menor impacto ambiental ao longo do ciclo de vida**;
- III - consideração de **impactos sociais positivos**, como inclusão de micro e pequenas empresas locais, cooperativas e empreendimentos de economia solidária, quando cabível;
- IV - alinhamento ao **Plano de Contratações Anual (PCA)** e às políticas públicas estaduais, assegurando a racionalidade na aplicação dos recursos públicos;
- V - busca pela **economicidade de longo prazo**, considerando não apenas o menor preço imediato, mas também os custos indiretos e benefícios sustentáveis da contratação.

9.2. A adoção de critérios de sustentabilidade fortalece a função estratégica das compras públicas, permitindo que as contratações contribuam para a inovação, a preservação ambiental e a promoção de práticas responsáveis, em benefício da sociedade piauiense.

9.3. Diante do exposto, a Secretaria de Estado da Administração do Piauí continua aberta a maiores esclarecimentos de eventuais dúvidas, e devolve-se o **Processo SEI nº 00002.003978/2026-51**.

Atenciosamente,

(Documento datado e assinado eletronicamente)

JÉSSICA KELLY DE SOUSA CARVALHO

Diretora de Planejamento de Compras Públicas - DIP/SLC/SEAD-PI

APROVO

Aprovo a presente **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem por objeto a **subsidiar estudo de demandas para análise de viabilidade da contratação de serviços especializados de limpeza de reservatórios, esgotamento sanitário, higienização de ambientes internos e mobiliários, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos necessários à execução, para atender as necessidades da Secretaria de Estado da Administração do Piauí e demais Órgãos que compõem a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º, do Decreto Estadual nº 21.938, de 28 de março de 2023 e art. 100 do Decreto Estadual nº 22.546, de 16 de novembro de 2023.**

JACYLENNE COELHO BEZERRA FORTES

Superintendente de Licitações e Contratos - SLC/SEAD-PI

SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO

Secretário de Estado da Administração do Piauí - SEAD-PI



Documento assinado eletronicamente por **JESSICA KELLY DE SOUSA CARVALHO** - Matr.371411-0, Diretora, em 16/04/2026, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **SAMUEL PONTES DO NASCIMENTO** - Matr.0209541-2, Secretário de Estado, em 16/04/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACYLENNE COELHO BEZERRA** - Matr.0371164-1, Superintendente, em 17/04/2026, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142, de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0023596442** e o código CRC **EAE50C9**.